



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9971 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

INSERÇÃO SOCIAL E ACADÊMICA DOS ESTUDANTES DO IFPR: UM OLHAR SOBRE AS TRAJETÓRIAS EGRESSAS.

Joel Júnior Cavalcante - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

INSERÇÃO SOCIAL E ACADÊMICA DOS ESTUDANTES DO IFPR: UM OLHAR SOBRE AS TRAJETÓRIAS EGRESSAS.

RESUMO: O presente artigo traz os resultados parciais de uma pesquisa que tem como objeto a inserção social dos egressos do ensino médio integrado do Instituto Federal do Paraná. Através dos dados, analisamos as trajetórias egressas à luz das potencialidades, limites e contradições dessa política educacional, observando em que medida a mesma cumpre sua lei de criação. Filiamos-nos ao referencial teórico do materialismo histórico, dado que existe uma historicidade da EPT no Brasil. Destarte, é um setor educacional que não pode ser pensado fora da totalidade do modo de produção capitalista e do processo de industrialização brasileiro, que historicamente, interferiu para que o Estado propalasse uma educação dual (RAMOS, 2014). Concebemos, portanto, os IFs como resultado de uma disputa societária que expressa a luta de classes no Brasil (FRIGOTTO, 2018). Por fim, a pesquisa revelou que a maioria dos estudantes tem enveredado para o ensino superior, o que é positivo no sentido da ampliação do acesso às classes trabalhadoras à universidade, todavia cria-se outra problemática, visto que o projeto dos IFs prevê a formação de profissionais técnicos com vistas ao mundo do trabalho, nuances que debatemos ao longo do artigo.

Palavras-chave: Institutos Federais; Educação Profissional e Tecnológica; Egressos.

Introdução

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) foi criado simultaneamente à Lei n. 11.892/2008, que criou também a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPTC), contemplada pelos novos 38 Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. Inaugura-se a ‘nova institucionalidade’ da Educação Profissional e Tecnológica no país.

Passados mais de 12 anos da criação dessa política, vislumbramos a importância de investigar o itinerário dos egressos dessa instituição. O presente relato parcial de pesquisa, tem como objeto a inserção social, acadêmica e profissional de estudantes egressos do ensino médio integrado do Instituto Federal do Paraná (IFPR). O objetivo da mesma é avaliar em que medida os IFs cumprem sua missão institucional enquanto política pública educacional. Nas palavras de Pacheco, um dos idealizadores do projeto (2011, p.7): “recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento...a serviço da reprodução capitalista”.

Apesar do tom que reivindica uma ruptura histórica da subserviência da EPT à lógica do capital, consideramos também as contradições, ambivalências e limites desse projeto, característica intrínseca a toda política pública. Imperioso atentar que essas emanam do Estado, como fruto das tensões, disputas, da correlação de forças presentes e da luta de classes no seio na sociedade brasileira, segundo Shiroma *et. al* (2007, p.9): “...as políticas educacionais, mesmo muitas vezes sob semblante humanitário, expressam sempre contradições. Ao longo da história, a educação reedita seu perfil reprodutor/inovador da sociabilidade humana”.

A criação de uma política pública educacional: a nova institucionalidade da EPT.

Os vários momentos da história da educação em nosso país não podem ser pensados apartados dos projetos de país, bem como os ditames políticos e econômicos do nosso capitalismo periférico, conforme assevera Ramos (2014). Acresce-se ainda que, a relação entre educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade, com uma formação geral para a elite, que forma seus dirigentes, ao passo que uma formação superficial, fragmentária e parcelar é ofertada para os filhos dos trabalhadores. Visa-se a empregabilidade rápida desses últimos para o desenvolvimento da economia e controle da questão social urbana. (RAMOS, 2014, p. 24)

No âmbito da educação profissional, que é institucionalizada em 1909, sob o então presidente Nilo Peçanha (AZEVEDO, SHIROMA *et. al*, 2012) tal vínculo é cristalino. Um duplo objetivo norteava essa implementação, sendo o primeiro: formar a força de trabalho necessária ao processo de industrialização brasileiro no início do século XX, o segundo equacionar a “questão social”, as agitações urbanas e tendências subversivas do operariado que, recebendo as influências dos movimentos sindicais europeus, começavam a organizar-se.

No Brasil, essa lógica de subsunção às demandas produtivas perdura durante todo o século XX. A criação do ensino industrial através do “sistema S” (Sesi, Senai, Senac) patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), como sinalizam Shiroma *et. al*. (2007, p. 24) são também exemplos notáveis. Anos mais tarde, na década de 1970, ainda nessa concepção de vertebramento da indústria com a educação nacional, o desenvolvimentismo do regime militar cria o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), envoltos na perspectiva tecnocrática do capital humano.

Apenas no início do século XXI, o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva chama para si o que chamou-se da “refundação” da rede profissional e tecnológica no país. Nas palavras do ex-secretário da Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC-MEC) Eliezer Pacheco, cria-se um projeto de disputa pela juventude brasileira: “nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso.” (PACHECO, 2011, p.11). Prova desse foco na juventude, é que mesmo com a dimensão pluricurricular e multicampi, 50% das vagas são destinadas ao ensino técnico de nível médio.

Resultados parciais- Perfil dos Estudantes Egressos do IFPR

Optamos pelo procedimento da pesquisa quanti-qualitativa, também conhecido como enfoque misto (PRATES, 2012), que visa a apropriação de dados estatísticos, mas também ocupa-se da narrativa dos sujeitos da pesquisa, suas experiências e perspectivas. Oportuno também registrar que adotamos o materialismo histórico dialético como referencial teórico da pesquisa, posto que as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. As formas como os homens produzem suas existências determinam as demais relações sociais. Urge a compreensão do movimento do real, que é dialético, em constante transformação, desvelando a importância da historicidade e da ação do homem sobre o real, posto que nada é

dado (NETTO, 2009, p. 9).

Utilizamos o *Google Formulário* como instrumento para os questionários, tal ferramenta tem trazido retornos satisfatórios na busca do itinerário dos estudantes. No total, até o presente momento, recebemos a devolutiva de 90 respostas oriundas de 11 *campi* do IFPR, sendo eles: Astorga, Assis Chateaubriand, Capanema, Goioerê, Londrina, Telêmaco Borba, Paranaíba, Pitanga, Paranaguá, Umuarama e Quedas do Iguaçu. Ao todo são 26 campi espalhados no estado do Paraná. Desse universo de respostas 50, 6% dos participantes são do sexo feminino, enquanto 49, 4% do sexo masculino. Os estudantes finalizaram seus cursos entre os anos de 2012 a 2019, tendo atualmente entre 18 a 29 anos. Desse universo 92% declaram-se solteiros, 4% noivos e apenas 2% casados, 100% do total não possui filhos. Declaram-se brancos 59%; pardos 30,1% e pretos 10,8%.

Observa-se através dos dados iniciais coletados o perfil de inclusão do público atendido. Inclusão é uma premissa basilar à criação dos IFs, já que, segundo Pacheco (2011), essa política educacional faz vistas à inclusão dos sujeitos. Prova dessa focalização é que 75% (68 de 90), entre os alunos analisados nessa pesquisa, receberam bolsas e auxílios estudantis, tais como vale transporte, alimentação, monitoria, bolsa atleta, bolsa de iniciação à pesquisa etc. Tais programas de assistência estudantil têm como objetivo a permanência e êxito dos estudantes, além de estimulá-los à iniciação à pesquisa, esporte, práticas de ensino etc.

Desse universo, 64% estão exercendo atividade profissional atualmente, muitos intercalando-o com o ensino superior ou pós-graduação. A maioria absoluta, 76, 2% atua em atividade profissional diferente da formação técnica de nível médio cursada, contra 23,8% dos que atuam diretamente em área consonante ao curso realizado na instituição. Como demonstra o gráfico abaixo:

Quadro (Item f): gráfico 1 (após referências)

Tal número revela um cenário que acende amplo debate, já observado empiricamente em vários institutos federais, qual seja, os IFs mesmo com uma formação técnica de nível médio de excelência, preparam majoritariamente estudantes para o ensino superior, entregando uma quantia mínima de estudantes às áreas técnicas. Essa constatação é ambivalente, visto que não atende um dos objetivos fundamentais disposto na Lei de criação (N. 11.892/2008), Seção II, Art. 6.I, que objetiva: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico”. (BRASIL, 2008). O dado abaixo revela que o percurso acadêmico também não guarda relação com o curso técnico realizado no ensino médio, embora relacionem a contribuição fundamental da passagem na instituição para a descoberta das vocações acadêmicas.

Quadro (Item f): gráfico 2

Haveria no perfil do egresso, desse modo, um “desvio” do objetivo primordial da lei de criação e da missão institucional propalada? Tal fato, caso constatado em ampla abrangência, representaria um prejuízo para o Estado, que empreende um investimento em laboratórios e estruturas nas áreas tecnológicas como mecânica, automação industrial, informática, contratação de pessoal? Por outro lado, como controlar ou direcionar essa trajetória egressa sem ferir o direito à educação, ao acesso ao ensino superior que é um sonho para as classes populares?

Essa relação inverte-se quando é feita com a inserção acadêmica, já que a maioria dos questionários revelam que, mesmo a escolha do curso superior não tendo relação direta com o

curso médio técnico realizado, a mesma encontra identificação direta com alguma disciplina cursada no percurso do ensino médio integrado. Como demonstra o gráfico abaixo.

Quadro: (Item f) gráfico 3 (após referências).

A maioria absoluta das respostas denotam a satisfação com a passagem pela instituição, 84,3 2% afirmam que o IFPR contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento humano, pessoal e cultural.

Considerações finais

Por fim, a pesquisa ainda com dados parciais, indica algumas tendências que vão se desenhando na apuração dos dados e narrativas estudantis: o IFPR, ao menos nos campi analisados, atende parcialmente premissas da missão institucional propalada pela lei de criação. É uma política educacional com grande potencial de transformação social que impacta milhares de jovens no Brasil. Não podemos desconsiderar, porém, os dilemas internos à instituição, muitas ambivalências, contradições, entraves e desafios permeiam o desenvolvimento desse projeto.

A característica do perfil egresso que mais nos desafia, até o presente momento, é a predominância dos estudantes de formação técnica rumo ensino superior também deve ser igualmente problematizada e debatida: desvela-se um problema ou solução? Segundo Pacheco (2021), que concedeu entrevista especialmente para essa pesquisa[1], ao ser questionado sobre essa tendência de acesso em massa dos egressos do IFPR para a universidade, sublinha que:

O centro das questões é a política! Isso está muito ligado à valorização do trabalho, o sujeito poderia ser um técnico eletricista, pois nem todo mundo tem o sonho acadêmico, ocorre que no Brasil de hoje, a universidade é ainda hoje uma das poucas possibilidades de se ter uma vida melhor. Então, é fundamental que o Brasil tenha um projeto maior, e isso está vinculado à política, pois não vamos resolver todos os problemas da EPT no âmbito da EPT. (PACHECO, 2021).

Como se vê, Pacheco sinaliza a importância da valorização da mão de obra técnica, o que depende de um projeto político mais amplo, já que concebe que o acesso ao ensino superior, que ainda detém grande prestígio social, isoladamente, não resolverá os problemas de uma sociedade injusta e meritocrática como a nossa. Essa discussão é premente, e certamente não será esgotada nesse artigo. Urge pensar prospectivamente a emergência de mais pesquisas como tal peculiaridade, que mapeiem a trajetória dos egressos e como esses resultados revelam as nuances dessa política, ainda em construção e disputa.

Referências

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, E. O.; COAN, Marival. As políticas públicas para educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do SENAC**, v. 38, p. 27-40, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 28 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 27 Jan 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos**

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018a, p.7-14.

NETTO, João Paulo. **Introdução ao método na teoria social.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, p. 667-700, 2009.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011.

PRATES, J. C. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social;** uma relação necessária. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 1, p. 116-128, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** 1ª edição. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>>. Acesso em: 17 de Jul de 2020.

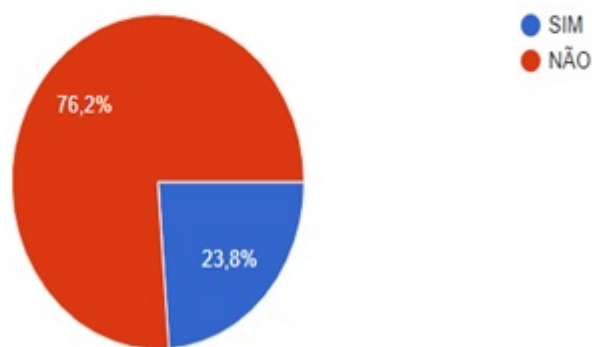
SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. e EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. 144p. ISBN: 85-7490-284-5.

QUADROS (Item f):

Gráfico 1: Ocupação profissional estudantes egressos

ESSA OCUPAÇÃO PROFISSIONAL É NA ÁREA EM QUE FEZ O ENSINO MÉDIO?

63 respostas

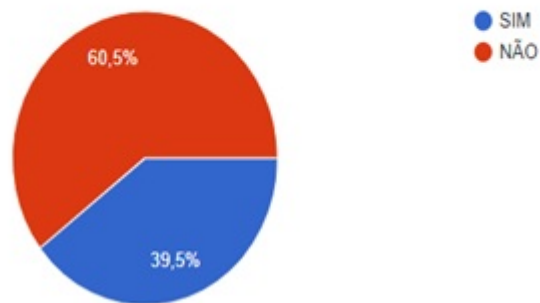


Fonte: própria.

Gráfico 2: Relação percurso acadêmico com o curso do IFPR.

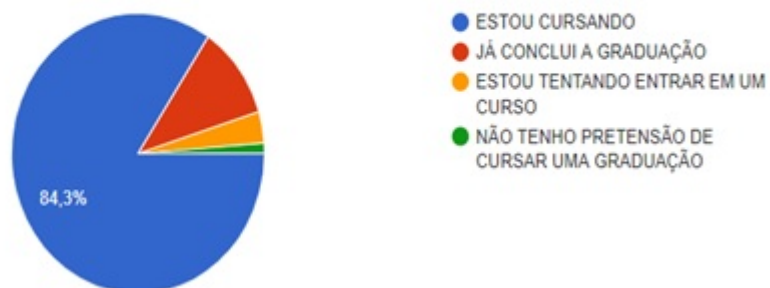
SEU PERCURSO ACADÊMICO TEM RELAÇÃO COM O CURSO QUE REALIZADO NO IFPR?

81 respostas

**Fonte:** própria.**Gráfico 3:** Relação de egressos pesquisados no curso superior.

ESTÁ FAZENDO OU FEZ CURSO DE GRADUAÇÃO?

83 respostas

**Fonte:** própria.

[1] Entrevista concedida por PACHECO, Eliezer. Entrevista I.[04.2021] Entrevistador: esse(a) pesquisador(a), 2021, Google Meet. (1 hora, 18 min).